

# **FORTALECENDO A EDUCAÇÃO INTEGRAL: A FORMAÇÃO CONTÍNUA COMO PILAR DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS NO NORDESTE**

**Rubnilson Sousa Silva**

Mestre em Educação (PPGed/UESB)  
Membro do Comitê Territorial Baiano de Educação Integral  
rubinho.felix8@gmail.com

**Jorge de Sousa Silva**

Graduando em Química  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
jorgesousa12545@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

A implementação de uma Política Municipal de Educação Integral vai além do compromisso administrativo, exigindo uma formação comprometida e contínua das lideranças educacionais, que são fundamentais na formulação e execução de ações para promover a equidade e a excelência educacional. A capacitação de Secretários(as) de Educação e suas equipes técnicas é essencial para a criação de um projeto pedagógico integrado, que articule tempo, espaço e currículo de maneira inovadora e contextualizada. O investimento em formação que seja uma teoria e prática, com suporte acadêmico e institucional, é crucial para que as Secretarias de Educação desenvolvam políticas de educação integral. Este estudo investiga como a formação continuada de gestores e técnicos, promovida pelo MEC e parcerias com a Universidade Federal da Bahia, contribui para a construção de uma Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, analisando seu impacto na elaboração e implementação de ações educacionais que atendem às demandas sociais.

## **DESENVOLVIMENTO**

Em 2024, a formação com as secretarias municipais de educação em todo o nordeste brasileiro ficou sobre a responsabilidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Com a contribuição do MEC/UFBA, os municípios nordestinos implementaram, em diversas unidades de ensino, a Escola em Tempo Integral e começaram a propor a discussão sobre os princípios da política e da gestão da Educação Integral.

No decorrer desse processo, a formação enfatizou a necessidade de criar redes colaborativas entre as escolas, as comunidades e diferentes setores sociais, promovendo a articulação intersetorial. Essa integração permitiu o desenvolvimento de projetos pedagógicos

inovadores, que valorizavam o território como espaço educativo e promoviam uma aprendizagem significativa e contextualizada. A troca de experiências entre os municípios participantes foi essencial para a consolidação de boas práticas e o fortalecimento da educação integral.

O compromisso com o aprimoramento profissional permanente, foi outro fator que contribuíram para a formação continuada, proporcionando aos gestores e equipes técnicas das secretarias municipais não apenas a compreensão teórica dos fundamentos da educação integral, mas também ferramentas práticas para sua aplicação, garantindo uma base sólida para enfrentar os desafios de implementação e promover uma gestão educacional eficaz e inovadora.

A formação continuada foi essencial para a troca de experiências educacionais e a identificação da necessidade de um avanço normativo na Educação Integral. A principal conclusão é que essa política deve ser tratada como uma política de Estado, sendo necessário que os municípios a normatizem por meio de uma lei municipal, e não por decretos ou portarias, que podem ser revogados por administrações controversas. Transformando-a em lei, a política se torna um compromisso de longo prazo, garantindo continuidade e segurança jurídica para sua implementação. Isso garante a execução de ações com recursos, planejamento pedagógico e formação de profissionais, consolidando a Educação Integral como um direito da comunidade escolar e protegendo-a contra retrocessos políticos.

Outro aspecto relevante da formação foi o debate sobre a necessidade da participação ativa das comunidades escolares no processo de elaboração da política. A mobilização de pais, alunos, professores e demais agentes educacionais, por meio de consultas públicas e fóruns de debate, gerou um ambiente democrático e participativo, permitindo que as necessidades reais dos territórios fossem incorporadas ao planejamento estratégico das secretarias.

Chegou-se também ao entendimento que entre as contribuições fundamentais para a construção dessa Política Municipal de Educação Integral, a importância dos órgãos colegiados da educação, como o Conselho Municipal de Educação (CME), o Conselho Municipal do Fundeb, o Conselho da Alimentação Escolar (CAE) e o Fórum Municipal de Educação (FME), seriam essenciais para a constituição das forças que podem fazer o projeto da política avançar e ganhar o corpo necessário à sua futura provação. Esses espaços de controle social e diálogo democrático foram considerados como essenciais para garantir a elaboração de diretrizes coerentes e contextualizadas, que respeitassem as especificidades locais e assegurassem a qualidade e equidade do ensino em tempo integral. A troca de saberes entre esses conselhos e as equipes técnicas municipais proporcionou uma base sólida para a formulação de decisões educacionais compartilhadas.

Além disso, a formação ainda considerou o incentivo ao trabalho intersetorial entre educação, saúde, cultura e assistência social potencializou a eficácia das ações, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Esse diálogo constante entre diferentes setores resultou em programas e projetos que atendem de forma mais ampla e humanizada às demandas sociais e educacionais.

Outra consideração importante durante a formação foi as parcerias estabelecidas com instituições de ensino superior, ONGs, empresas e entidades culturais também desempenharam um papel fundamental na consolidação da política municipal de educação integral. Essa articulação promoveu um intercâmbio de boas práticas e saberes, enriquecendo as atividades pedagógicas e ampliando as oportunidades de aprendizagem significativa.

Por fim, a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação contínua foi enaltecida durante a formação para garantir a qualidade e a sustentabilidade da política. O acompanhamento sistemático, com base em indicadores educacionais e sociais, permitiu ajustes estratégicos em tempo hábil, assegurando que a proposta de educação integral se mantivesse alinhada às realidades locais e às expectativas das comunidades escolares. Esse conjunto de ações articuladas consolidou as bases da política municipal de educação integral, promovendo uma transformação efetiva e duradoura no cenário educacional dos municípios nordestinos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A formação continuada de lideranças educacionais, especialmente no contexto dos municípios nordestinos, surge como uma chave para a construção de uma Política Municipal de Educação Integral sólida, inclusiva e sustentável. Em um cenário onde as demandas sociais e educacionais se entrelaçam com as particularidades culturais e regionais, a qualificação dos gestores e equipes técnicas não pode ser vista como uma opção, mas como uma estratégia necessária para a efetivação de mudanças estruturais

O investimento na formação constante permite a criação de um cenário onde a educação integral não seja apenas uma proposta normativa, mas uma prática vivenciada no cotidiano das escolas e comunidades. A articulação entre teoria e prática, as trocas de saberes e a colaboração interinstitucional geram uma rede de apoio capaz de transformar as realidades locais, garantindo que as políticas públicas de educação não sejam efêmeras, mas construídas com um compromisso de longo prazo.

Neste contexto, a colaboração essencial do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se revela como um pilar indispensável para o avanço

das políticas de educação integral, oferecendo o suporte necessário para a qualificação dos gestores e a implementação eficaz das políticas educacionais. Ao unir a expertise acadêmica da UFBA com o respaldo institucional e financeiro do MEC, essa parceria se fortalece como uma estratégia para o desenvolvimento de soluções educativas inovadoras e adaptadas às realidades locais, promovendo a construção de uma educação integral de qualidade nos municípios.

A elaboração de leis municipais que consolidam a Educação Integral como um direito inalienável da comunidade escolar reflete não apenas uma busca pela estabilidade jurídica, mas também uma aposta no fortalecimento de uma política educacional que transcende ciclos políticos e se estabelece como um pacto coletivo. O papel dos conselhos municipais e das parcerias intersetoriais reflete o entendimento de que a educação integral não é uma responsabilidade isolada da Secretaria Municipal de Educação, mas um esforço conjunto, que envolve saúde

É, portanto, através da formação que se cria a possibilidade de uma educação mais justa, equitativa e contextualizada. No entanto, é fundamental refletir sobre o poder transformador da formação como alicerce para a transformação social: quando tratado como um processo contínuo e valorizado, ela tem o potencial de construir um futuro educacional mais inclusivo e duradouro. Caso contrário, corre-se o risco de uma falha na construção de uma política pública essencial, que ficará vulnerável às flutuações de gestões transitórias, sem a base sólida necessária para garantir sua efetividade e continuidade.

## **REFERÊNCIA**

BRASIL. CNE. CP. Resolução 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.**

BRASIL. MEC. (2009). **Educação Integral. Texto referência para o debate nacional.** Brasília, 2009 (Série Mais Educação).

BRASIL. IBGE, **Censo Demográfico 2022: população e domicílios.** Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2023

ARROYO, Miguel G. **O direito a tempos-espacos de junto e digno viver.** In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, p. 33-45.

CAVALIERI, Ana Maria. **Escola de educação integral: em direção a uma educação escolar multidimensional.** 1996. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

Centro de Referências em Educação Integral. (2020). **"Políticas de Educação Integral no Brasil"**.

MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012

TEIXEIRA, Anísio. **Educação para a Democracia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1956

TEIXEIRA, A. (1957). **Educação Não é Privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1957